

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2016
(Do Sr. JÚLIO DELGADO)

Solicita informações acerca das providências tomadas pelo Ministério da Saúde relativas à prevenção da gripe H1N1 e à assistência à saúde das pessoas atingidas pela doença.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Saúde acerca das providências tomadas pelo Ministério da Saúde relativas à prevenção da gripe H1N1 e à assistência à saúde das pessoas atingidas pela doença.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o site institucional do Ministério da Saúde (MS), a Influenza, que popularmente é conhecida como gripe, “é uma doença viral febril, aguda, geralmente benigna e autolimitada”. Em geral, os seus sintomas têm início abrupto e se estendem mesmo após o término da infecção, que geralmente dura uma semana. A transmissão se dá pelas secreções das vias respiratórias das pessoas infectadas. Medidas simples como cobrir o nariz e a boca com lenço e lavar as mãos com água e sabão após tossir ou espirrar, bem como evitar levar as mãos aos olhos, nariz ou boca podem ajudar a reduzir a transmissão da doença.

Ainda em conformidade com o MS, sumariamente, existem três tipos de vírus influenza: A, B e C. O vírus C causa infecções brandas, que não apresentam impacto na saúde pública. Já os vírus A e B são mais agressivos. O primeiro é o responsável por grandes pandemias.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que a influenza acometa 5% a 10% dos adultos e 20% a 30% das crianças, causando 3 a 5 milhões de casos graves e 250.000 a 500.000 mortes todos os anos¹. Para a OMS, a vacinação contra influenza é a intervenção mais importante na redução do seu impacto, pois promove imunidade e reduz o agravamento da doença, principalmente para aquelas pessoas que têm risco de maior de complicação, como os idosos, crianças de até cinco anos, gestantes ou pessoas com comorbidades.

Entre os vírus influenza A, destacam-se, pela gravidade, os do subtipo H1N1. Consoante o Boletim Epidemiológico relativo ao período compreendido entre a primeira e a 13ª semana epidemiológica (de 3/1 a 2/4 de 2016), já foram confirmadas 115 mortes por influenza no País, das quais 102 ocorreram em razão do vírus H1N1.

Diante dessa breve exposição, fica evidente a necessidade de arguição do Ministério da Saúde a respeito dos fatos relacionados à situação em análise. Para tanto, surgem os seguintes questionamentos:

1 – Quais têm sido as medidas de prevenção da gripe H1N1 tomadas pelo Ministério da Saúde?

2 – O Ministério da Saúde tem investido em propaganda para divulgar as medidas simples de prevenção da influenza à população?

3 – Qual o público alvo da campanha de vacinação a ser promovida pelo Ministério da Saúde? A expectativa é de atender quantos indivíduos? Há estoque de vacinas suficiente para a vacinação dessas pessoas?

4 – É possível universalizar o acesso à vacina contra a influenza no País, para que ela não seja aplicada apenas naqueles que são enquadrados como grupo de risco?

¹ <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs211/en/>

5 – Como funcionam os mecanismos de vigilância da influenza no Brasil?

6 – Levando-se em consideração o aumento do número de pessoas infectadas pela gripe H1N1, quais têm sido as medidas tomadas pelo Ministério da Saúde para promover a devida assistência à saúde dos indivíduos?

7 – O Brasil tem medicamento suficiente para enfrentar a gripe H1N1?

A Câmara dos Deputados, Casa dos representantes do povo brasileiro, recebeu da Constituição Federal de 1988 funções típicas de fiscalização dos outros poderes, para a garantia da manutenção da harmonia do sistema. Em razão disso, é preciso que esta Casa utilize-se de suas prerrogativas constitucionais para questionar o Ministério da Saúde acerca do cumprimento de suas atribuições neste caso concreto.

Com base nos dados fornecidos pelo MS em razão deste Requerimento, a Câmara dos Deputados poderá propor, se preciso, medidas de melhoria dos mecanismos utilizados pelo órgão para a contenção da doença. Com isso, a Câmara dos Deputados estará contribuindo efetivamente para a saúde pública, nos limites do exercício de sua competência. Em razão do exposto que peço aos nobres Pares apoio para a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Deputado JÚLIO DELGADO